



GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS  
II CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DE DEFENSOR PÚBLICO  
EDITAL N.º 3 – DPE/AL, DE 17 DE MARÇO DE 2009

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS torna pública a **retificação** das datas constantes dos subitens **3.2.1, 3.2.1.1, 5.1.1, 5.1.6, 5.2, 5.4.7.2, 5.4.7.8, 5.4.7.9, 5.4.9, 5.4.9.1, 5.4.9.2, 5.4.9.4 e 5.4.9.4.1** do Edital n.º 2 – DPE/AL, de 19 de fevereiro de 2009, publicado no *Diário Oficial do Estado de Alagoas*, conforme a seguir especificado.

(...)

**3.2.1** O candidato portador de deficiência deverá entregar, até o dia **27 de março de 2009**, das 8 horas às 19 horas (exceto sábado, domingo e feriado), pessoalmente ou por terceiro, a cópia simples do CPF e o laudo médico (original ou cópia autenticada) a que se refere a alínea “b” do subitem 3.2 e cópia simples do CPF, na Central de Atendimento do CESPE/UnB, *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Sede do CESPE/UnB – Asa Norte, Brasília/DF.

**3.2.1.1** O candidato poderá, ainda, encaminhar a cópia simples do CPF e o laudo médico (original ou cópia autenticada) a que se refere a alínea “b” do subitem 3.2 e a cópia simples do CPF, via SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento, postado impreterivelmente até o dia **27 de março de 2009**, para a Central de Atendimento do CESPE/UnB – Concurso DPE/AL (laudo médico), *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Sede do CESPE/UnB – Asa Norte, Brasília/DF, Caixa Postal 4488, CEP 70904-970.

(...)

**5.1.1** Será admitida a inscrição somente via Internet, no endereço eletrônico [http://www.cespe.unb.br/concursos/dpe\\_al2009](http://www.cespe.unb.br/concursos/dpe_al2009), solicitada no período entre **10 horas do dia 26 de fevereiro de 2009 e 15 horas do dia 27 de março de 2009**, observado o horário oficial de Brasília/DF.

(...)

**5.1.6** O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até o dia **27 de março de 2009**.

(...)

**5.2** Para os candidatos que não dispuserem de acesso à Internet, o CESPE/UnB disponibilizará local com acesso à Internet, localizado no Café Ponto Com – Avenida Dr. Julio Marques Luz, n.º 246 – Jatiúca, Maceió/AL, no período entre **10 horas do dia 26 de fevereiro de 2009 e 15 horas do dia 27 de março de 2009** (horário oficial de Brasília/DF), observado o horário de funcionamento do estabelecimento.

(...)

**5.4.7.2** O interessado que preencher os requisitos do subitem anterior e desejar isenção de pagamento da taxa de inscrição neste concurso público deverá encaminhar, via SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento, **impreterivelmente**, até o dia **23 de março de 2009**, para a Central de Atendimento do CESPE/UnB (Isenção DPE/AL), *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Sede do CESPE/UnB – Asa Norte, Brasília/DF, Caixa Postal 4488, CEP 70904-970, o requerimento de isenção, devidamente conferido e assinado, disponibilizado na Internet, no endereço eletrônico [http://www.cespe.unb.br/concursos/dpe\\_al2009](http://www.cespe.unb.br/concursos/dpe_al2009), por meio do aplicativo de inscrição, instruindo-o com **cópia autenticada** dos seguintes documentos:

(...)

**5.4.7.8** A relação dos pedidos de isenção deferidos será divulgada até o dia **26 de março de 2009**, no endereço eletrônico [http://www.cespe.unb.br/concursos/dpe\\_al2009](http://www.cespe.unb.br/concursos/dpe_al2009).

(...)

**5.4.7.9** Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção indeferidos, para efetivar a sua inscrição no concurso, deverão acessar o endereço eletrônico [http://www.cespe.unb.br/concursos/dpe\\_al2009](http://www.cespe.unb.br/concursos/dpe_al2009) e imprimir a GRU Cobrança por meio da página de acompanhamento do concurso para pagamento até o dia **27 de março de 2009**, conforme procedimentos descritos neste edital.

(...)

**5.4.9** O candidato que necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá indicar, na solicitação de inscrição, os recursos especiais necessários e, ainda, enviar, até o dia **27 de março de 2009**, impreterivelmente, via SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento, para a Central de Atendimento do CESPE/UnB – Concurso DPE/AL (laudo médico), *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Sede CESPE/UnB – Asa Norte, Brasília/DF, Caixa Postal 4488, CEP 70904-970, cópia simples do CPF e laudo médico (original ou cópia autenticada) que justifique o atendimento especial solicitado. Após esse período, a solicitação será indeferida, salvo nos casos de força maior e nos que forem de interesse da Administração Pública.

**5.4.9.1** O laudo médico (original ou cópia autenticada) e a cópia simples do CPF referidos no subitem 5.4.9 poderão, ainda, ser entregues, até o dia **27 de março de 2009**, das 8 horas às 19 horas (exceto sábado, domingo e feriado), pessoalmente ou por terceiro, na Central de Atendimento do CESPE/UnB, localizada no endereço citado no subitem anterior.

(...)

**5.4.9.2** A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial para tal fim, deverá encaminhar cópia da certidão de nascimento da criança, até o dia **27 de março de 2009**, deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não poderá permanecer com a criança no local de realização das provas.

(...)

**5.4.9.4** Os candidatos amparados pela Lei n.º 6.334, de 22 julho de 2002, que desejarem solicitar atendimento especial por motivos religiosos, deverão enviar, via SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento, até o dia **27 de março de 2009**, requerimento, em que conste o número do CPF, instruído com declaração firmada pelo ministro da congregação religiosa a que pertencem, com firma reconhecida, atestando a sua condição de membro da igreja, para a Central de Atendimento do CESPE/UnB – DPE/AL (motivos religiosos), *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Sede do CESPE/UnB – Asa Norte, Brasília/DF, Caixa Postal 4488, CEP 70904-970.

**5.4.9.4.1** Os candidatos poderão, ainda, entregar, até o dia **27 de março de 2009**, pessoalmente ou por terceiro, o requerimento e a declaração mencionados no subitem 5.4.9.6 na Central de Atendimento do CESPE/UnB, localizada no endereço citado no subitem anterior.

(...)

Torna pública, ainda, a **retificação** dos incisos **I, II, III e IV** do subitem **5.4.7.2** do Edital n.º 1 – DPE/AL, de 17 de fevereiro de 2009, publicado no *Diário Oficial do Estado de Alagoas*, bem como do subitens **6.2, 6.3, 6.3.1 e 6.4** e dos conhecimentos constantes do subitem **16.2** do referido edital, conforme a seguir especificado, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do referido edital.

(...)

**5.4.7.2** (...)

**I – comprovação de estar desempregado até a data da abertura das inscrições**, mediante apresentação de:

(...)

**II – comprovação de ser carente até a data da abertura das inscrições**, mediante apresentação de:

(...)

**III – comprovação de ser doador de sangue até a data da abertura das inscrições**, mediante apresentação de:

(...)

**IV – comprovação de ser trabalhador que ganha até um salário mínimo por mês até a data da abertura das inscrições**, mediante apresentação de:

(...)

**6.2** A prova objetiva terá a duração de **5 horas** e será aplicada no dia **9 de maio de 2009**, no turno da **tarde**.

**6.3** A parte I – Cível da prova subjetiva terá a duração de **4 horas** e será aplicada no dia **10 de maio de 2009**, no turno da **manhã**.

**6.3.1** A parte II – Criminal da prova subjetiva terá a duração de **4 horas** e será aplicada no dia **10 de maio de 2009**, no turno da **tarde**.

**6.4** Os locais e os horários de realização da prova escrita objetiva e da prova escrita discursiva serão publicados no *Diário Oficial do Estado de Alagoas* e divulgados na Internet, no endereço eletrônico [http://www.cespe.unb.br/concursos/dpe\\_al2009](http://www.cespe.unb.br/concursos/dpe_al2009), nas datas prováveis de **13 de abril de 2009**. São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.

(...)

## **16.2 CONHECIMENTOS**

16.2.1 Na prova objetiva, serão avaliados, além das habilidades, conhecimentos, conforme especificação a seguir.

**DIREITO CONSTITUCIONAL:** 1 Constituição: conceito, objeto e classificações. 1.1 Supremacia da Constituição. 1.2 Aplicabilidade das normas constitucionais. 1.3 Interpretação das normas constitucionais. 2 Dos princípios fundamentais. 2.1 Dos direitos e garantias fundamentais. 2.2 Dos direitos e deveres individuais e coletivos. 2.3 Dos direitos políticos. 2.4 Dos partidos políticos. 3 Da organização do Estado. 3.1 Da organização político-administrativa. 3.2 Da união. 3.3 Dos estados federados. 3.4 Dos Municípios. 3.5 Da intervenção no Estado, no Município. 3.6 Da administração pública. Disposições gerais. Dos servidores públicos. 4 Da organização dos poderes no Estado. 4.1 Do poder legislativo. Do processo legislativo. Da fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Do Tribunal de Contas da União. 4.2 Do Poder Executivo. Atribuições e responsabilidades do presidente da República. 4.3 Do Poder Judiciário. Disposições gerais. Do Supremo Tribunal Federal. Dos Tribunais superiores. Dos Tribunais e Juízes eleitorais e militares. Das funções essenciais à justiça. 4.4 Do Ministério Público. Da Defensoria Pública. 4.5 Do estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil. 5 Da defesa do Estado e das Instituições Democráticas. 6 Do controle da constitucionalidade: sistemas. 6.1 Ação declaratória de constitucionalidade e ação direta de inconstitucionalidade. 6.2 O controle de constitucionalidade das leis municipais. 7 Do Sistema Tributário Nacional. 7.1 Dos Princípios gerais. 7.2 Das limitações do poder de tributar. 7.3 Dos impostos da União, dos Estados e dos Municípios. 7.4 Da repartição das receitas tributárias. 8 Da ordem econômica e financeira. 9 Da ordem social.

**DIREITO ADMINISTRATIVO:** 1 Ato administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificação, espécies e invalidação. Anulação e revogação. Prescrição. Improbidade administrativa (Lei n.º 8.429/92). 2 Controle da administração pública: controle administrativo, controle legislativo e controle judiciário. Domínio público. Bens públicos: classificação, administração e utilização. Proteção e defesa de bens de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. 3 Contrato administrativo: conceito, peculiaridades, controle, formalização, execução e inexecução. Licitação: princípios, obrigatoriedade, dispensa e exigibilidade, procedimentos e modalidades. Contratos de concessão de serviços públicos. 4 Agentes administrativos: investidura e exercício da função pública. Direitos e deveres dos servidores públicos. Regimes jurídicos. Processo administrativo: conceito, princípios, fases e modalidades. 5 Poderes da administração: vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar e regulamentar. O poder de polícia: conceito, finalidade e condições de validade. 6 Intervenção do Estado na propriedade: desapropriação, servidão administrativa, requisição, ocupação provisória e limitação administrativa.

Direito de construir e seu exercício. Loteamento e zoneamento. Reversibilidade dos bens afetos ao serviço. 7 Princípios básicos da administração. 7.1 Responsabilidade civil da administração: evolução doutrinária e reparação do dano. 7.2 Enriquecimento ilícito e uso e abuso de poder. 7.3 Sanções penais e civis. 8 Serviços públicos: conceito, classificação, regulamentação, formas e competência de prestação. Concessão e autorização dos serviços públicos. 9 Organização administrativa: noções gerais. Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. 10 Desapropriação. 10.1 Bens suscetíveis de desapropriação. 10.2 Competência para decretá-la. 10.3 Desapropriação judicial por necessidade ou utilidade pública. 10.4 Indenização e seu conceito legal. 10.5 Caducidade da desapropriação. 10.6 Imissão na posse do imóvel desapropriado.

**DIREITO PENAL:** 1 Da Interpretação da Lei Penal. 2 Da aplicação da lei penal. 2.1 Princípios da legalidade e da anterioridade. 2.2 A lei penal no tempo e no espaço. 3 O fato típico e seus elementos. 3.1 Relação de causalidade. 3.2 Superveniência de causa independente. 4 Culpabilidade. 5 Crime consumado, tentado e impossível. 5.1 Desistência voluntária e arrependimento eficaz. 5.2 Arrependimento posterior. 6 Crime doloso, culposo e preterdoloso. 7 Erro de tipo. 8 Erro de proibição. 9 Coação irresistível e obediência hierárquica. 10 Causas excludentes da ilicitude. 11 Da imputabilidade penal. 12 Do concurso de pessoas. 13 Do concurso de crimes. 14 Das penas: espécies, cominação e aplicação. 14.1 Da suspensão condicional da pena. 14.2 Do livramento condicional. 14.3 Efeitos da condenação e da reabilitação. 15 Das medidas de segurança. 16 Das medidas sócio-educativas (Lei n.º 8.069/90). 17 Da ação penal pública e privada. 18 Da extinção da punibilidade. 19 Da execução das penas em espécie: das penas privativas de liberdade, dos regimes, autorizações de saída, remição e incidentes da execução. 20 Dos crimes contra a vida. 21 Das lesões corporais. 22 Da periclitación a vida e da saúde. 23 Da Rixa. 24 Dos crimes contra a honra. 25 Dos crimes contra a liberdade individual. 26 Dos crimes contra o patrimônio. 27 Dos crimes contra a liberdade sexual. 28 Da corrupção de menores. 29 Do ultraje público ao pudor. 30 Dos crimes contra a família. 31 Dos crimes contra a fê pública. 32 Dos Crimes contra a administração pública. 33 Crime organizado (Lei n.º 9.034/95). 34 Crimes de imprensa. 35 Crimes de abuso de autoridade (Lei n.º 4.898/65). 36 Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Lei n.º 11.343/2006). 37 Crimes hediondos (Leis n.ºs 8.072/90 e 8.930/94). 38 Crimes de tortura (Lei n.º 9.455/97). 39 Do ato infracional. 40 Dos crimes praticados contra a criança e o adolescente (Lei n.º 8.069/90). 41 Crimes contra as finanças públicas (Lei n.º 10.028/2000, que alterou o Código Penal). 42 Crimes contra a ordem tributária (Leis n.ºs 8.137/90 e 9.249/95). 43 Crimes contra o sistema financeiro (Leis n.ºs 7.492/86 e 9.080/95). 44 Lavagem de dinheiro (Lei n.º 9.613/98). 45 Crimes contra o meio ambiente (Lei n.º 9.605/98). 46 Crimes previstos no Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.6741/2003).

**DIREITO PROCESSUAL PENAL:** 1 Princípios gerais. 2 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 3 Sujeitos da relação processual. 4 Inquérito policial. 5 Ação penal: conceito, condições, pressupostos processuais. Ação penal pública: Titularidade, condições de procedibilidade. Denúncia: forma e conteúdo; recebimento e rejeição. Ação penal privada. Titularidade. Queixa. Renúncia. Perdão. Perempção. 6 Ação civil *ex delicto*. 7 Jurisdição e Competência. 7.1 Critérios de determinação e modificação da competência. 7.2 Incompetência. Efeitos. 8 Das questões e processos incidentes. 9 Da prova. Conceito, princípios básicos, objeto, meios, ônus, limitações constitucionais das provas, sistemas de apreciação. 10 Do Juiz, do Ministério Público, do acusado e defensor, dos assistentes e auxiliares da justiça. 11 Da prisão e da liberdade provisória. 12 Dos atos processuais. 12.1 Forma, lugar e tempo dos atos processuais. 12.2 Atos das partes, dos juízes, dos auxiliares da Justiça e de terceiros. 12.3 Das citações e intimações. 12.4 Dos prazos: características, princípios e contagem. 13 Da sentença. Conceito, requisitos, classificação, publicação e intimação. 13.1 Sentença absolutória: providências e efeitos. 13.2 Sentença condenatória: fundamentação da pena e efeitos. 14 Da coisa julgada. 15 Procedimento comum. 16 Procedimento dos Juizados Especiais Criminais (Lei n.º 9.099/95). 17 Procedimento dos crimes de competência do júri. 18 Das nulidades. 19 Dos recursos em geral: princípios básicos e modalidades. 20 Da revisão criminal. 21 Das exceções. 22 Do *Habeas Corpus*. 23 Do desaforamento. 24 Da execução penal. 25 Do processo e do julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. 26 Do processo e do julgamento dos crimes de calúnia e injúria, de

competência do juiz singular. 27 Do processo e do julgamento dos crimes de tráfico e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica. 28 Interceptação telefônica (Lei n.º 9.296/96). 29 Lei de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei n.º 11.340/2006). 30 Assistência judiciária integral e gratuita: prerrogativas e garantias do defensor público e aspectos processuais.

**DIREITO CIVIL:** 1 Aplicação da lei no tempo e no espaço. Interpretação da Lei. Analogia. Princípios Gerais do direito e equidade. 2 Das pessoas. 2.1 Das pessoas naturais. 2.2 Das pessoas jurídicas. 2.3 Do domicílio. 3 Dos bens. 3.1 Das diferentes classes de bens. 4 Dos fatos jurídicos. 4.1 Do negócio jurídico: representação, condição, termo, encargo, defeitos e invalidade. 4.2 Dos atos jurídicos lícitos. 4.3 Dos atos ilícitos. 4.4 Da prescrição e da decadência. 4.5 Da prova. 5 Do direito das obrigações. 5.1 Das modalidades das obrigações. 5.2 Da transmissão das obrigações. 5.3 Do adimplemento e extinção das obrigações. 5.4 Do inadimplemento das obrigações. 5.5 Dos contratos em geral: princípios, interpretação, revisão, extinção, contrato preliminar. 5.6 Das várias espécies de contratos. 5.7 Dos atos unilaterais. 5.8 Dos títulos de crédito. 5.9 Da responsabilidade civil. 5.10 Das preferências e privilégios creditórios. 6 Do direito das coisas. 6.1 Da posse. 6.2 Dos direitos reais: disposições gerais e espécies. 6.3 Da propriedade. 7 Do direito de Família. 7.1 Do direito pessoal: Do casamento e das relações de parentesco. 7.2 Do direito patrimonial: Do regime de bens entre os cônjuges, do usufruto e da administração dos bens de filhos menores, dos alimentos e do bem de família. 7.3 Da união estável. 7.4 Da tutela e da curatela. 8 Do direito das sucessões. 8.1 Da sucessão em geral. 8.2 Da sucessão legítima. 8.3 Da sucessão testamentária. 8.4 Do inventário e da partilha. 9 Dos Registros Públicos (Lei n.º 6.015/73). 10 Da Guarda Compartilhada.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL:** 1 Jurisdição: contenciosa e voluntária. 2 Órgãos da jurisdição. 3 Ação: conceito e natureza jurídica. Condições da ação. Classificação das ações. 4 Processo. Conceito. Natureza jurídica. Princípios fundamentais. Pressupostos processuais. 5 Procedimento. Espécies. 6 Competência: absoluta e relativa. 6.1 Competência funcional e territorial. 6.2 Modificação de competência. 7 Competência internacional. Homologação de sentença estrangeira. Carta rogatória. 8 Partes. Capacidade e legitimidade. Substituição processual. 9 Litisconsórcio. Assistência. Intervenção de terceiros: oposição, nomeação à autoria, denunciação da lide e chamamento ao processo. Ação regressiva. 10 Formação, suspensão e extinção do processo. 11 Petição inicial. Requisitos. Inépcia da petição inicial. 12 Pedido. Cumulação e espécies de pedido. 13 Atos processuais. Tempo e lugar dos atos processuais. 14 Comunicação dos atos processuais. Citação e intimação. 15 Despesas processuais e honorários advocatícios. 16 Resposta do réu: exceção, contestação e reconvenção. Revelia. Efeitos da revelia. 17 Julgamento conforme o estado do processo. 18 Audiência de instrução e julgamento. 19 Prova. Princípios gerais. Ônus da prova. 20 Sentença. Coisa julgada formal e material. Preclusão. 21 Duplo grau de jurisdição. Recursos. Incidente de uniformização de jurisprudência. 22 Reclamação e correição. 23 Ação rescisória. 24 Ação monitória. 25 Liquidação de sentença. 26 Cumprimento de Sentença. 27 Execução. Regras gerais. Partes. Competência. Responsabilidade patrimonial. 28 Título executivo judicial e extrajudicial. 29 Execução por quantia certa contra devedor solvente e contra devedor insolvente. 30 Execução para entrega de coisa. 31 Execução de obrigação de fazer e de não fazer. 32 Execução contra a fazenda pública. 33 Embargos à execução. 33 Ação popular. 34 Mandado de segurança. 35 Mandado de injunção. 36 *Habeas data*. 37 Ação declaratória. Declaratória incidental. 38 Ação discriminatória. 39 Ação de usucapião. 40 Ação de consignação em pagamento. 41 Ação de despejo, consignatória de aluguel e acessórios, renovatória e revisional. 42 Ação de desapropriação. 43 Ações possessórias. 44 Embargos de terceiro. 45 Ação cível originária nos tribunais. 46 Tutela antecipada e tutela específica. 47 Medidas cautelares. 48 Juizados especiais. 49 Execução Fiscal. 50 Inventário. Arrolamento. Alvará Judicial. 51 Interdição. 52 Separação Judicial. Divórcio direto e mediante conversão. 53 Ação de Alimentos e Ação de Execução de Alimentos. 54 Assistência judiciária integral e gratuita: prerrogativas e garantias do defensor público e aspectos processuais.

**DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS:** 1 Teoria Constitucional dos Direitos Difusos e Coletivos. 1.1 Interesse público e privado. 1.2 Interesse público primário e secundário. 1.3 Interesses transindividuais e

sua tutela coletiva. 1.4 Interesses difusos, coletivos e individual homogêneos. 2 A defesa judicial dos interesses transindividuais. 2.1 Legitimidade Ordinária e extraordinária. Legitimidade ativa da Defensoria Pública. 2.2 Competência. 2.3 Ônus da Prova. 2.4 Coisa Julgada em ações coletivas. 2.5 Liquidação e Execução em Ações coletivas. 3 Ação Civil Pública. 4 Defesa das pessoas Idosas. 5 Improbidade Administrativa. 6 Proteção ao meio ambiente. 7 Proteção ao patrimônio cultural e ao patrimônio público e social. 8 Defesa das pessoas portadoras de deficiência. 9 Defesa da ordem urbanística.

**DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE:** 1 A Constituição de 1988 e a infância e juventude. 2 Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/90).

**DIREITO DO CONSUMIDOR:** 1 Conceito de Consumidor, Fornecedor, Produto e Serviço. 2 Direitos Básicos do Consumidor. 3 Teoria da Imprevisão 4 Da Proteção à Saúde e Segurança. 5 Da Responsabilidade pelo Fato do Produto e do Serviço. Da Responsabilidade por Vício do Produto ou Serviço. 6 Da Responsabilidade Objetiva dos profissionais liberais. 7 Excludentes do dever de indenizar. 8 Decadência e Prescrição. 9 Desconsideração da Personalidade Jurídica. 10 Prática Comercial, Publicidade, Prática Abusiva, Cobrança de Dívidas e Banco de Dados e Cadastro de Consumidor. 11 Contrato de Adesão. 12 Proteção Contratual do Consumidor. 13 Sanções Administrativas. 14 Serviços. Gratuidade. Serviços Públicos Essenciais. 15 Da Defesa do Consumidor em Juízo. Das Ações Coletivas. Da Coisa Julgada.

**PRINCÍPIOS E ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA:** 1 A Defensoria Pública na Constituição Federal. 2 A Defensoria Pública no Estado de Alagoas. 2.1 Estrutura e organização da Defensoria Pública do Estado de Alagoas (Lei Delegada n.º 23/2003). 2.2 Regimento Interno da Defensoria Pública do Estado de Alagoas (Decreto n.º 1330/2003). 3 Lei n.º 1.060/1950 e alterações. 4 Lei Complementar Federal n.º 80/1994.

Torna público, por fim, que os candidatos que não desejem mais participar do concurso em virtude das alterações acima poderão solicitar devolução do valor da taxa de inscrição. A solicitação deverá ser feita por meio de requerimento, instruído com os dados bancários e cópia do CPF, em que conste o nome completo do candidato, sendo encaminhado, impreterivelmente, até o dia **27 de março de 2009**, por fax, para o número (61) 3448 0110; por SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento, valendo a data de postagem, para a Central de Atendimento do CESPE/UnB – Concurso DPE/AL (devolução de taxa), *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Sede do CESPE/UnB – Asa Norte, Brasília/DF, Caixa Postal 4488, CEP 70904-970; ou entregue na Central de Atendimento, localizada no referido endereço, até a referida data (exceto sábado, domingo e feriado), das 9 horas às 19 horas.

EDUARDO ANTÔNIO DE CAMPOS LOPES  
Defensor Público-Geral do Estado de Alagoas